

**MEMORIAL**  
**DE ALPENDORADA**  
MARCO DE CANAVESES

MEMORIAL

DE ALPENDORADA

MARCO DE CANAVESES

## OS MARMOIRAIS

“**H**á em Portugal, especialmente no Norte, uns pequenos monumentos isolados, junto dos lugares de passagem, cujas notícias, fiéis ou fantasistas, a tradição mantém. Dá-lhes o povo o nome de *marmoirais* (corrupção de *memoriais*) ou apenas de arcos, em vista da forma que quási todos apresentam” (Vitorino, 1942). É com estas palavras que Pedro Vitorino procura definir este tipo de monumentos funerários, ao que se sabe, exclusivamente portugueses e popularmente designados como “arcos, arquinhos, memoriais e marmoirais” (Correia et al., 1936-1960: 857). A toponímia conservou, na área noroeste do país, até ao Vouga, a tradição destes locais de sepultura. Também a documentação medieva atesta a grande popularidade que esta tipologia de monumentos alcançou nesta região. Tanto o termo “Memorial” como “Marmoiral” são de nítido contexto funerário. O primeiro, de raiz erudita e pouco frequente na documentação, radica do latim *memorāle* (“que ajuda a memória”), no sentido de *monumentum, sepulcrum*, enquanto que o segundo corresponde certamente à evolução, por via popular, do primeiro. Ambos os termos conjugam as ideias de sepulcro e de monumento memorativo, ajustando-se assim aos exemplares conservados e às dificuldades na sua interpretação funcional (Silva, 1998: 21-22).

85



Vista aérea.

Tratando-se de monumentos funerários independentes, de um modo geral, os *marmoirais* são estruturas pétreas que, comportando a cavidade de inumação no supedâneo, são dignificadas por um arco, normalmente decorado (Barroca, 1987). Neste panorama, o Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva) constitui uma exceção pelo facto de, do ponto de vista tipológico, ser o único “marmoiral” conhecido que não apresenta qualquer arco. Situado à entrada da Quinta da Boavista, este monumento é formado por duas cabeceiras verticais de terminação discoide, com cruces latinas gravadas em cada face, onde se apoiam duas lajes horizontais, a superior é retangular e a inferior, correspondente a uma tampa sepulcral, apresentando um formato convexo na superfície.

Já os Memoriais da Ermida (Irivo, Penafiel) (Rosas e Barros, 2008: 223-233) e de Santo António (Santa Eulália, Arouca) são os que apresentam uma estrutura mais aproximada ao que existe em Alpendorada e Matos, embora este último, que agora estudamos, se diferencie pelo facto de não possuir laje sepulcral no vão do arco (Silva, 1986: 8). Além disso, é evidente a sua semelhança estrutural (e talvez funcional) com os arcossólios rasgados nos muros exteriores das igrejas românicas (Silva, 1986: 19), de que devemos destacar o exemplo geograficamente próximo da Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses), testemunho desta vontade de edificação de um monumento memorativo sobre os túmulos, numa cada vez mais evidente “personalização da morte”.

86

Segundo Mário Barroca (1987: 387), é no século XI que devemos procurar as raízes da personalização do sepulcro medieval do Entre-Douro-e-Minho. Devemos aos membros da nobreza e do alto clero esta vontade de perpetuação da memória *post mortem*, tornando-se por então os mosteiros o palco privilegiado para as primeiras manifestações da personalização do sepulcro. Recorreu-se, para o efeito, a várias fórmulas que passam pela elevação do sepulcro a um lugar de notoriedade, através da inclusão de epígrafes e brasões, formas diretas e eficazes de individualização, ou, ainda, pela ostentação de decorações que concorrem para melhor identificação do tumulado. Conforme nos especifica o mesmo autor, os temas iconografados são tendencialmente de sabor cristão e apotropaico ou, quando muito, numa época mais avançada, aludem a temas religiosos historiados (sarcófago de Dume) ou alegóricos (Barroca, 1987: 390). Daí que o sarcófago de Egas Moniz, que podemos apreciar na Igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel), concebido nos meados do século XIII, onde se procurou registar a gesta do Aio com a sua mítica deslocação à corte de Toledo (Espanha), constitua o primeiro testemunho de um tema retrospectivo na escultura funerária do Entre-Douro-e-Minho (Barroca, 1987: 390). Por fim, os jacentes constituem um dos momentos altos de todo este percurso de personalização da morte, manifestação essencialmente aristocrática e masculina, fruto da importação de uma moda estrangeira (Barroca, 1987: 401). Recordem-se os exemplares existentes em Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses).

Crê-se que os nossos “marmoirais” encontram a sua origem prístina na tradição romana, dos primeiros séculos da cristandade, de colocar as sepulturas – “monimenta” ou “memoriae” (Silva, 1998: 23) – à margem dos caminhos, de que persistem diversos exemplos em terras de Marco de Canaveses e de Penafiel (Correia et al., 1936-1960: 857). Foi só ao tempo do papa Gregório, Magno (p. 590-604), que surgiram os primeiros cemitérios, geralmente nos



Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva).



Memorial da Ermida (Penafiel).



Memorial de Alpendorada. Pormenor do vão do arco.



Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses).  
Fachada sul. Nave. Arcossólios.



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). Igreja. Nave.  
Arca tumular de Egas Moniz.



Mosteiro de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses). Igreja.  
Nave. Parede norte. Arca tumular de D. Júrio Geraldês.

adros das igrejas por estas estarem vedadas aos enterramentos (Vitorino, 1942: 5), e entre nós surgem, pelo menos, desde o Concílio de Braga de 561. O uso de sarcófagos de pedra a partir de finais do século XII, muito possivelmente, coincide um pouco com o momento em que os enterramentos voltam a franquear o portal da igreja (Silva, 1998: 16). É da permissão de sepultura junto dos muros das igrejas que surge o costume de “cavar aberturas nas paredes exteriores delas, ou suas dependências, à semelhança dos *arcosolia* alinhados nos corredores das catacumbas cristãs” (Vitorino, 1942: 5). Recorde-se, novamente, o exemplo de Vila Boa de Quires. Começam também a surgir outros arcos nos adros (numa aceção genérica de espaço envolvente do edifício religioso), isolados dos templos, de que o túmulo do conde D. Sesnando Davides (m. 1093) tem vindo a ser um dos mais referenciados exemplos<sup>1</sup>. Simultaneamente, começam a aparecer “em outros lugares, afastados dos adros das igrejas, pelo que se vê perante as sobrevivências que se nos deparam, também foram erguidos *arcos* ou *marmoirais* destinados a sepulturas” (Ribeiro, 1810-1836: 6). Disso pode ser exemplo a sepultura do bispo do Porto D. Sesnando, martirizado em 1074 e possível fundador do Mosteiro de Vila Boa do Bispo. Segundo o autor do *Agiologio lusitano...*, na geograficamente próxima Ermida de São Salvador, “o lugar próprio em que estava o seu monumento, & nelle a pedra, que o cubria, & do meio do monte hum padrão erigido em memoria de que alli esteve muitos annos o ditto sepulchro, depois de suas relíquias serem trasladadas para o dito mosteiro” (Cardoso, 1652: 297).

A *Primeyra Partida* do rei Afonso X de Castela e Leão (r. 1252-1284) e imperador do Sacro-Império Romano-Germânico (1257-1273) esclarece que existiam quer sepulturas baixas, as “campam”, quer as construídas de forma volumétrica, designadas de “moimento” (Beirante, 1982: 380). No entanto, o rei Sábio não deixa de criticar aqueles “que fazê as sopulturas muyto altas ou as pintã tâto que ssemelhã mays altares que moimêtos”. Mais, esclarece que estas “se fazê mays a prazer e a uoontade dos uiuos, que nõ he a bê nê a prol dos mortos” (Ferreira, 1980: 167), confirmando assim a ideia de memória que está subjacente a estes monumentos.

Apesar dos debates e dúvidas historiográficas que foram surgindo relativamente à função primeira dos “marmoirais”, a verdade é que é neste contexto de personalização da morte que devemos entender o seu aparecimento, tipologia de monumentos que se tem vindo a confirmar como exclusiva ao território português (Ferreira, 1980: 6; Barroca, 1987: 400). A cronologia dos testemunhos remanescentes deve ser colocada, de um modo geral, na primeira metade ou em meados do século XIII (Barroca, 1987: 401), embora se creia que tenham sido comuns entre o século XI e o século XIV<sup>2</sup>.

Mas, como o próprio nome indica, os monumentos subsistentes<sup>3</sup>, mais do que sepulcrais, são padrões memorativos, certamente ligados a atos fúnebres (Vitorino, 1942: 6) e erguidos

1 João Pedro Ribeiro (1860: 199) esclarece-nos que “Pedr’Alavres Nogueira no Cathalogo Mscr. Dos Bispos de Coimbra diz em hum lugar, que o Conde Sesnando estava sepultado em hum Moimento, que tinha hum Arco, cujo lugar se ignorava, e em outra parte diz haver memoria de que a sepultura era no Adro”.

2 Se os memoriais surgem na documentação a partir do século X, parece que por volta dos séculos XV e XVI já se teria perdido há muito o hábito da sua construção, aspeto que coincide com o facto de, a partir de inícios do século XIII, se começarem a praticar enterramentos de prestígio dentro das igrejas (Silva, 1998: 22, 31, nota 24).

3 Além dos já referidos ao longo do texto, acrescente-se o arco de Paradela (Tarouca), o memorial de Odivelas e o arco de Lordelo (Ancede, Baião). Erguido à margem da estrada que ligava o Mosteiro de Ancede (Baião) à Pala, este memorial foi demolido no século XIX. Sobre este assunto veja-se o capítulo da Ponte de Esmoriz, Baião, nota 9.

fora da área benzida dos templos (Silva, 1986: 17). A tradição popular considera estes pequenos monumentos como obras feitas para memorar as “pousas”, ou paragens, nos respetivos locais, dos cortejos fúnebres de grandes personalidades, erguidos à imagem das sete memórias (“Montjoies”) edificadas em 1270 entre Paris e Saint-Denis (França), marcos do percurso do cortejo fúnebre de Saint-Louis (Correia et al., 1936-1960: 857).

Neste contexto, os Memoriais de Alpendorada, da Ermida, de Sobrado e de Santo António têm vindo a ser apontados como locais de *pousa* do cortejo fúnebre da rainha santa Mafalda (c. 1200-1256)<sup>4</sup>, filha de D. Sancho I (r. 1185-1211), conforme intuíu (porque não os identificou explicitamente), entre outros cronistas, frei Fortunato de São Boaventura nas suas *Memórias para a vida da beata Mafalda...*<sup>5</sup>. Segundo alguns autores, se os memoriais de Arouca e Ermida poderão estar diretamente relacionados com o seu funeral realizado entre Rio Tinto (Gondomar) (onde terá falecido no regresso de uma das suas visitas à Senhora da Silva da sé do Porto, de quem era devota) e o mosteiro de Arouca, onde jaz sepultada, o mesmo não se poderá dizer dos exemplares de Lordelo (Baião) e de Alpendorada (Silva, 1998: 22). Pela colocação topográfica, o Memorial em estudo não permite aceitar a paragem pelo facto de “ficar muito à desamão no percurso Porto-Arouca” (Correia et al., 1936-1960: 858).

Não obedecendo à necessidade de sinalizar locais de “pousa” em determinados funerais, mas antes respondendo primeiramente a uma função tumular, estes monumentos tiveram uma presença real, embora talvez extravagante tendo em conta a sua excecionalidade, na geografia religiosa da época, ritmando e sacralizando o território, articulando-se com uma apertada rede de igrejas paroquiais e mosteiros, sinónimos de pertença ao lugar (ou lugares), marcos evidentes da paisagem da nossa época românica e caracterizadores de uma tão específica antropologia do território<sup>6</sup>. A verdade é que estas sepulturas foram erguidas, aparentemente isoladas, em terrenos ermos, embora com frequência junto a caminhos importantes, contrariando a tendência da época de localizar as necrópoles em espaço sagrado, na área de igrejas e capelas (Silva, 1998: 23). É neste contexto que devemos entender a indignação de João de Barros quando refere a existência [1549] “na comarca dantre Douro e Minho de umas sepulturas antigas que não são dos Romanos e estão no monte feitas hã maneira de moimento, com arco por sima, e estas não tem nenhuas letras, nem me sabem dar razão de quem serão, ou porque se fazião ali, fóra das Igrejas...” (Barros, 1919: 109).

4 A tradição popular tem vindo a confundir esta figura com a de sua avó, mulher de D. Afonso Henriques (r. 1143-1185), D. Mafalda de Saboia (1125-1157). Na realidade, uma e outra foram figuras que marcaram profundamente as regiões do Douro, atribuindo-se-lhes, nas crónicas e na tradição, a fundação de albergarias, a edificação de pontes, a construção de capelas e outros atos pios. Do ponto de vista antropológico, deve ser realçado que, através destas duas Mafaldas, o imaginário popular tecia um vínculo com a realeza (Silva, 1986: 22).

5 Conforme nos descreve frei Fortunato de São Boaventura (2008: 104), no seu texto de 1814: “e saindo a mula de Rio Tinto tomou a direção de Arouca; depois de fazer três paragens, e memória das quais ainda hoje se conservam três arcos ou moimentos daquela idade, chegou finalmente à igreja de Arouca (...)”.

6 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 367 e ss).





## O MARMOIRAL DE ALPENDORADA

**A**nepígrafo<sup>7</sup>, o Memorial de Alpendorada, erguido em granito, é constituído por uma base com duas fiadas bem aparelhadas, a que se sobrepõe um arco de volta perfeita, composto por dez aduelas lisas. O conjunto é encimado por uma cornija com dupla moldura horizontal saliente, a todo o comprimento, que suporta por sua vez uma cumeeira de duas águas de acentuado pendente, enquadrada num e noutro lado como que por duas caixas de secção hexagonal. Este arco apoia-se sobre uma base paralelepípedica maciça, com sapata, onde se abria uma dupla cavidade mortuária.

Foi Pedro Vitorino quem, em 1942, informou que o seu amigo e investigador penafidense, Abílio Miranda, examinara a parte superior do “Arco de Alpendorada” após suficiente deslocação das pedras. Ficou assim esclarecida a “existência de duas cavidades distintas, de diferente tamanho, abertas nas pedras, que pelas reduzidas dimensões serviram, decerto, para recolher ossadas” (Vitorino, 1943: 10). Deste modo, o próprio médico portuense refuta a tese que defendera anteriormente e que aludia à existência de uma “sepultura dupla”, abrigada uma pela tampa e a outra posicionada sob o arco (Vitorino, 1943: 8-9)<sup>8</sup>.

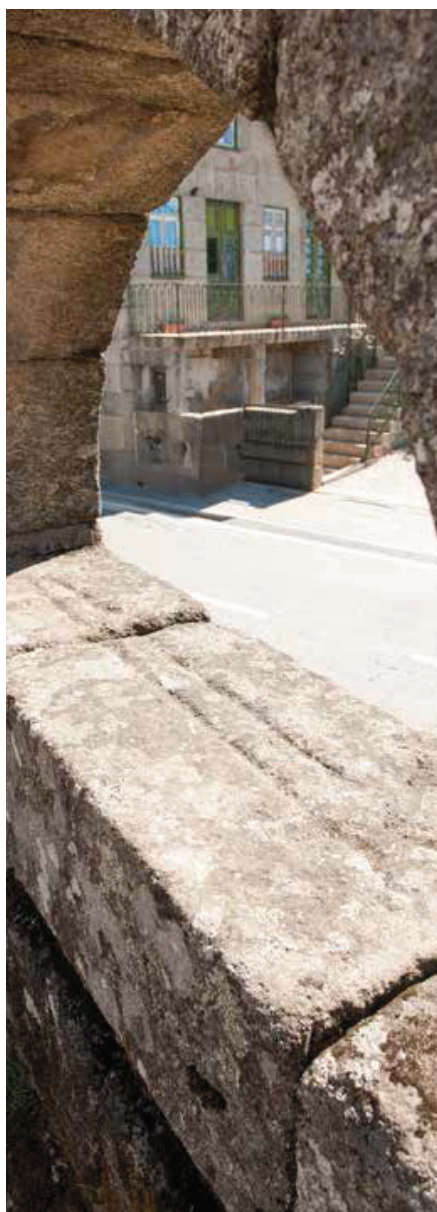
Há um pormenor que merece destaque, quer porque nos dá uma vaga pista sobre a natureza deste monumento em particular, como também pode ser um elemento passível de datação, mesmo que relativa. Trata-se, pois, da longa espada com punho rematado por um pomo circular e dotado de guarda reta, que está gravada nas pedras superiores do plinto que serve de base ao arco. O desenho da lâmina está de acordo com a tipologia comum aos séculos XI e XII, mostrando gumes paralelos e uma ponta pouco pronunciada, denunciando assim uma função essencialmente cortante. Conforme nos explica Mário Barroca (2003: 136-137), esta tipologia de lâmina destinava-se a ser utilizada à maneira de montante, para golpear e cortar, se possível em movimento lançado, puxado de trás, de forma a atingir as proteções de malha metálica com força suficiente para as cortar. No decurso do século XI, esta foi-se tornando cada vez mais longa acompanhando a afirmação dos combates montados. A partir da segunda metade do século XII imperam os pomos com forma discoidal, forma idêntica à aqui gravada. Esta peça terminal cumpria uma função fulcral na estrutura da espada, recuando o seu centro de gravidade, aproximando-o mais do punho devido ao seu peso, contribuindo assim para equilibrar a espada. Por fim, a espada representada em Alpendorada tem 120 centímetros de comprimento e as espadas medievais mediam, na realidade, entre 100 e 115 centímetros no total.

91

<sup>7</sup> Pedro Vitorino (1998: 9, nota 1) procura explicar a inexistência de epitáfio em determinados monumentos pelo facto destes pertencerem “geralmente a pessoas de elevada estirpe, pois ao entender dos antigos isso era dispensável”.

<sup>8</sup> De facto, num texto muito pouco divulgado, datado de 1937, o próprio Abílio Miranda (1937, 12-13) enquadra o Memorial de Alpendorada na tipologia que classifica de “duplo sarcófago: um sob o arco sólio e outro por cima – de Lordelo e Alpendorada – naturalmente de marido e esposa”. Lamentamos o facto de Pedro Vitorino não ser mais preciso quanto ao contexto da descoberta feita por este penafidense, seguramente entre 1937 e 1943.

Este atributo da nobreza encontrava-se igualmente no monumento de Lordelo, demolido no século XIX, e ainda se encontra no de Sobrado (Costa, 2005: 83). Também na chamada “campa dos templários”, campa medieval em granito existente em Alpendorada e Matos, perto do convento de Alpendorada (Marco de Canaveses), existem relevos nos topos laterais que, apesar da sua difícil perceção, poderiam corresponder a uma espada, de cada lado (Costa, 2005: 75).



Pormenor da base com cavidade mortuária.



Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva). Pormenor da tampa.



Campa dos Templários (Marco de Canaveses).

Deste modo, a presença deste ícone caracterizador de uma classe social permite-nos, desde logo, aferir que estamos diante de um monumento funerário e memorativo de um membro da nobreza, muito provavelmente de um cavaleiro. Para esta ideia concorre ainda a especificidade deste tipo de monumentos no que toca à sua localização. Não é por acaso que estes surgem fora das áreas ditas sagradas. Na Idade Média, as sepulturas afastadas dos templos correspondem geralmente aos “fiéis de Deus” que, de certa forma, tiveram morte accidental, assinalando-se a sua tumulação por via de montículos de pedras ou cruzeiros de madeira ou de pedra a indicar o local do passamento (Silva, 1986: 17). Os marmoirais têm, pois, de ser entendidos neste contexto e enquanto manifestações funerárias de indivíduos de certa importância social. Além disso, os homens mortos em duelo estavam eclesiasticamente proibidos de se sepultarem em locais sacralizados, exemplo para a restante sociedade que a *Primeyra Partida* de Afonso, o Sábio, regista explicitamente (Ferreira, 1980: 525)<sup>9</sup>.

Estamos, assim, diante de uma hipótese operatória proposta por António Manuel Pinto da Silva (1986: 16-18) e que atribui estes monumentos a cavaleiros mortos em duelo ou, até, em combates militares. Só o aparecimento de novos dados documentais poderá esclarecer esta questão, embora seja certa a existência de uma relação entre estes monumentos e pessoas ligadas à atividade guerreira, o que poderá explicar a grande quantidade de marmoirais documentados em território português para a Idade Média (Silva, 1998: 23).

Embora não tenha qualquer fundamento, compreende-se melhor a tentativa popular de associar o Memorial de Alpendorada ao cavaleiro D. Sousino Alvares, figura essa que anda igualmente ligada ao monumento de Irivo (Barroca, 1987: 448). Segundo um documento de 1114, citado por frei António da Soledade no século XVIII, este último seria o seu jazigo (Rosas e Barros, 2008: 232). No entanto, tendo em conta o estilo deste monumento, estamos diante de um memorial levantado depois da sua morte, erguido para o lembrar. A verdade é que, embora em 1549 João de Barros já desconhecesse a função primeira desta tipologia de monumentos, afirma que, segundo a tradição, estes túmulos correspondiam a “homens que morreram em desafio, e que por serem nobres lhes fizeram aquella memoria seus parentes, porque não podião por direito auer Ecclesiastica Sepultura (...)” (Barros, 1919: 109-110).

<sup>9</sup> Tit. XVI, Lei X “como nõ deve soterrar enos cimiterios os que Morrẽ enos torneos lidando, com<o> os rroubadores”.

## O MEMORIAL NA ATUALIDADE

**D**eclarado Monumento Nacional em 1910, pouco tempo antes da implantação da República, pelo Decreto publicado no Diário do Governo n.º 136, de 23 de junho, o Memorial de Alpendorada foi quase ignorado até 1939, ano em que o proprietário de uma “propriedade rustica, pequena, na freg.<sup>a</sup> de Alpendurada” alude à existência, num dos seus extremos, de “1 arco de pedra, (a que, no local, chama “memória”)”. Nessa ocasião, o proprietário não deixa de transparecer a sua indignação pelo facto de que “aquelas pedras negras de musgo e lixo que o tempo montuou e que eu [ele, Mário Lobo], como os antepassados, não ligavam importancia, seria um Monumento Nacional”<sup>10</sup>. Não deixa de ser curioso, ainda, o facto de em outubro de 1946, Armando de Mattos, ignorando o facto deste testemunho se encontrar entre o longo rol de monumentos classificados como Nacionais pela I República, propor, tal como já fizera para alguns edifícios românicos da região envolvente, a classificação deste testemunho funerário da Idade Média que identifica como “Marmoiral ou Memorial funerário da alta idade-Média” e que classifica como “românico”<sup>11</sup>.

Ao que pudemos apurar, a documentação existente no arquivo da extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) revela que a partir de então as preocupações em torno deste “Marmoiral” se centram sobre a sua valorização e sobre a sua maior legibilidade. É neste sentido que devemos entender o pedido de autorização para demolição feito em 1951 pelo proprietário do terreno, Mário Lobo, para obter autorização para demolição de “um pequeno esteio que segura a extrema de um bardo (...) finda que fosse a colheita proxima das uvas”<sup>12</sup>, ao que as entidades competentes responderam o seu acordo por considerarem ser “vantajoso para o Monumento que assim beneficia de mais desafogo, o que permite melhor observação do aspecto do seu conjunto”<sup>13</sup>. Como se vê, houve da parte do proprietário do terreno onde se ergue o imóvel classificado a preocupação de contactar as entidades competentes no sentido de obter aprovação relativamente à demolição do esteio que se encontrava junto do monumento como há, ainda, da parte da DGEMN o cuidado de acentuar a valorização da imagem que se tem do Memorial que passará a ficar mais “desafogado”, logo, com maior legibilidade.

Em 1962, considerou-se que a localização deste Memorial “é péssima”, pois embora esteja “situado junto à E.N.108, quasi não é visível da mesma estrada por se encontrar num plano bastante superior à esta”, pelo que “há imensas pessoas que ali passam e desconhecem a sua existência”<sup>14</sup>. É tendo em conta estes aspetos que a Câmara Municipal do Marco de Canaveses propõe, em colaboração com a Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão, “transferir esse Monumento para um local nas imediações que fosse mais apropriado”, implantando-o as-

10 Ofício da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 4 de julho de 1939 [SIPA.TXT.01492743]. PT DGEMN: DSARH-010/139-008 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307010004].

11 Cópia, 1 de outubro de 1947 [SIPA.TXT.00626540]. DGEMN:DSID-001/013-1832/3 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307010004].

12 Lobo, Mário – Missiva, 15 de junho de 1951 [SIPA.TXT.01492727 e SIPA.TXT.01492728]. DGEMN:DSARH-010/139-007.

13 Ofício n.º 3166, de 27 de julho de 1951 [SIPA.TXT.01492730].

14 Ofício da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 30 de outubro de 1962 [SIPA.TXT.01492735].

sim “no triângulo formado pela concordância das E.N. 108 e 210”<sup>15</sup>. Consideraram os técnicos da DGEMN que, além do local escolhido não oferecer “as garantias necessárias para assegurar a sua defesa, que seria de considerar a sua implantação original”. Recomendação: “promover no sentido de ser retirada a pedra amontoada junto ao Monumento, de forma a melhorar o aspecto do local que está prejudicando o seu ambiente, oferecendo esta Direcção geral toda a colaboração técnica, para o estudo de valorização do local”<sup>16</sup>.

Em inícios da década de 1970 vem de novo ao de cima o debate em torno da trasladação do Memorial de Alpendorada, desta vez “para a Avenida contígua ao Campo dos Mouros, à margem do acesso ao Cemitério Paroquial de Alpendurada”<sup>17</sup>, onde existia já “um outro túmulo medieval, mais modesto e ainda por classificar”, a “campa dos templários” acima referida e que também ela própria “beneficiaria com a sugestão agora feita”. Segundo nota da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, o Memorial de Alpendorada já não se encontrava no seu local inicial pois foi “deslocado aquando da abertura da estrada (...)”<sup>18</sup>. Não conseguimos, no entanto, apurar a data e da efetividade de tal deslocação, assim como não temos qualquer conhecimento se, se efetivada, esta mudança foi acompanhada da realização de sondagens ou de escavações arqueológicas.

Tendo-se proposto “a elaboração dum estudo de enquadramento paisagístico”<sup>19</sup>, a verdade é que quando em meados de 1975 se pretendeu dar início aos trabalhos, verificou-se no local “grande ajuntamento da população do lugar que ordeiramente se opôs à mudança do MEMORIAL afirmando que não concordava com tal violação dos seus direitos, pois o MEMORIAL devia ser mantido no local onde foi construído e assente, o que motivou a designação do Lugar do Memorial”<sup>20</sup>. Assim, no ano seguinte, procurando-se dar resposta à “defesa imediata do Memorial”, procedeu-se, após a realização de concurso, à “consolidação da base, limpeza, arranjo envolvente e novos degraus de acesso”, trabalhos que importaram a quantia total de 40.000\$00 (quarenta mil escudos).

Em 2010, o Memorial de Alpendorada passa a integrar a Rota do Românico pelo que foi já projetada uma intervenção de conservação, salvaguarda e valorização geral do imóvel. Os trabalhos propostos têm como objetivo “garantir a manutenção e valorização do imóvel e reforçar as condições possíveis de visibilidade do Memorial” (Costa, 2012: 4). Não sendo possível assegurar a sua visita universal, ter-se-á a preocupação de reforçar a sua visibilidade e divulgação. [MLB]

15 Idem.

16 Ofício n.º 1558 de 18 de dezembro de 1962. [SIPA.TXT.01492738].

17 Ofício n.º 956 de 26 de setembro de 1972 [SIPA.TXT.00626558]. DGEMN:DSID-001/013-1832/3. Disponível [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307010004].

18 Ofício da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, 13 de dezembro de 1970. [SIPA.TXT.00626556 e SIPA.TXT.00626557].

19 Ofício da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, 23 de novembro de 1972 [SIPA.TXT.00626564].

20 Ofício n.º 585, 27 de agosto de 1975 [SIPA.TXT.00626576 e SIPA.TXT.00626577].

## CRONOLOGIA

Século XII: possível datação do Memorial de Alpendorada;

1910: classificação do Memorial de Alpendorada como Monumento Nacional;

1976: consolidação da base, limpeza, arranjo envolvente e novos degraus de acesso ao Memorial de Alpendorada a cargo da DGEMN;

2010: o Memorial de Alpendorada passa a integrar a Rota do Românico.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

96

BARROCA, Mário – Armamento medieval. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. Vol. 1.

\_\_\_\_\_ – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

BARROS, João de – *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa V: geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.

BEIRANTE, Ângela – Para a história da morte em Portugal. In *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano...* Lisboa: na Officina Craesbeckiana, 1652.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Gatão. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960].

COSTA, João Pinto Vieira da – *Alpendorada e Matos - Península de História*. Alpendorada e Matos: Junta de Freguesia de Alpendorada e Matos, 2005.

COSTA, Jorge – *Memorial de Alpendorada: conservação, salvaguarda e valorização geral do imóvel: memória descritiva*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Direção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

DECRETO. D.G. 136 (1910-06-23) 2166.

FERREIRA, José de – *Alphonse X: primeyra partida: édition et étude*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

MIRANDA, Abílio – *Sepulturas medievais*. Penafiel: [edição de autor], 1937. Separata de *O Penafidelense*.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT011307010004 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesitastica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; BARROS, Márcia Santos – Memoriais. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa - Rota do Românico, 2008.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, frei; BRITO, Bernardo de, frei; BRANDÃO, Domingos de, dom – *Memorias para a vida da beata Mafalda, rainha de Castella e reformadora do mosteiro de Arouca*. Arouca: Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2008.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da – «Marmoiral» de Alpendurada, Marco de Canaveses: um tipo raro na tumulária medieval. In *Marco histórico e cultural: actas de eventos marcoenses*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1998.

\_\_\_\_\_ – O memorial de Santo António, Sta. Eulália, Arouca e os "marmoirais" medievais: revisão da sua problemática e propostas para uma análise globalizante. In JORNADAS DE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO CONCELHO DE AROUCA, 1, Arouca, 1986 – *Actas*. Arouca: [s.n], 1986. Jornadas realizadas a 28 e 29 de setembro de 1986.

VITORINO, Pedro – Acerca de "Os marmoirais". *Douro-Litoral*. N.º 6 (1943).

\_\_\_\_\_ – Os "marmoirais". *Douro-Litoral*. N.º 5 (1942) 3-19.